

[illegible]



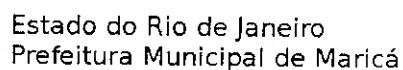
Nº DO PROCESSO	0003798/2024	DATA DE ENTRADA	08/02/2024 10:30:16
SETOR DO USUÁRIO			
COMISSÃO DE LICITAÇÃO			

ASSUNTO
LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS
COMPLEMENTO
RECURSO PE 40

REQUERENTE	
MGS CLEAN SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	
TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)
(21) 3439-6170	

[illegible]

USUÁRIO DA CRIAÇÃO DO PROCESSO
108376-LUCIANA DOS SANTOS SILVA DUARTE--ASSESSOR 3 - AS 3



0003798/2024

08/02/2024 10:30:16

REQUERENTE
MGS CLEAN SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
ASSUNTO
LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS
COMPLEMENTO
RECURSO PE 40

Pregão/Concorrência Eletrônica**Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões****RECURSO :**

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

Pregão Eletrônico n.º 040/2023

PREFEITURA DE MARICÁ
3798/2024
Data de Início 08/02/24
Folha 03

MGS CLEAN SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA vem, nos autos do Processo em referência, relativo ao Pregão Eletrônico nº 40/2023, apresentar suas Razões de Recurso contra a decisão que declarou, permissa venia, absolutamente de forma equivocada, desclassificada a Recorrente MGS e vencedora a empresa TIME MULTISERVIÇOS LTDA, pelas robustas e irrefutáveis razões que seguem.

1-. Preliminarmente, importa destacar que as presentes razões versam e demonstram o defeito da decisão, a uma, por exigir rubrica incompatível com o objeto licitado, a duas, a completa desnecessidade de mais recursos financeiros para suportar despesa já custeada por outra rubrica e, a três, a completa correção e exequibilidade da melhor e menor proposta.

2-. Tais constatações determinam que além de violação aos princípios da licitação, violado estão os limites do objeto, impondo elevado e injustificado prejuízo ao Erário, a comprometer a consecução do interesse público.

**OS FATOS QUE ANTECEDERAM AO RECURSO
DA "INUTEIS" DISCUSSÕES NO "CHAT"**

3-. A Prefeitura Municipal de Maricá decidiu abrir licitação pública, pela modalidade de Pregão Eletrônico, com 1 grupo dividido em 2 itens com 50 e 8 postos respectivamente, visando "contratação de empresa para prestação de serviços de apoio administrativo, ... para as atividades de supervisor e inspetor de serviços", pelo prazo de 12 meses.

4-. Publicado o edital, no dia 28 de dezembro de 2023 foi realizada a sessão inaugural e compareceram diversas empresas, com ampla disputa de lances, ao final restando como a menor proposta a da Recorrente MGS, cuja convocação se deu em 29 de dezembro.

5-. Então, por falta de palavra melhor começou um "embate" de ideias entre o Pregoeiro e a Recorrente MGS acerca da base cálculo e percentual no que tange a "linha A" do Submódulo 4.1 do módulo 4" da Planilha de Formação de Custo, relativo ao custo de provisionamento da cobertura de férias do posto de trabalho.

6-. Conquanto a proposta fosse absolutamente exequível em todos os sentidos e aspectos, passou-se a travar uma discussão, permissa vênica, inútil e explicaremos o porquê.

7-. Considerando que a "discussão" se deu pelo Chat, não pôde ser explorada ou explicada de forma mais objetiva e singela, o que, certamente levaria o Pregoeiro ao imediato alinhamento ao defendido pela Recorrente MGS, diante da obviedade da conclusão.

8-. Infelizmente isso não ocorreu, e o Pregão seguiu com a desclassificação ou inabilitação de diversas outras empresas, até a declaração de vencedor.

9-. Chegado então a oportunidade do recurso, a Recorrente MGS absolutamente ciente da correção de sua conduta, de sua proposta e sua formação de preço, permite-se apresentar as razões, que acolhidas, importaram não só na revogação do ato que declarou a Recorrida TIME vencedora, como de todos os demais atos, até retroagir àquele que ILEGALMENTE desclassificou a proposta da Recorrente MGS.

**DA INOBSERVANCIA DOS LIMITES DO OBJETO LICITADO
DO PRAZO DO CONTRATO (12 MESES)
DE DISCUSSÃO E EXIGENCIA INUTIL****AUSENCIA DE NECESSIDADE DE PROVISIONAMENTO DE CUSTO DE COBERTURA DE FÉRIAS, PORQUE NÃO HAVERÁ FÉRIAS (conforme os limites do objeto).**

10-. Com o antecipado perdão, a expressão "inútil" apesar de forte é a que mais se adequa ao que aqui se pautou.

11-. Antes mesmo da Recorrente MGS demonstrar que sua planilha está correta, inclusive no que tange ao Módulo 4, é INDISPENSÁVEL rememorar que o objeto licitado é para execução por 12 MESES e que a discussão não é sobre o direito a férias, mas sim ao custo do eventual substituto no caso de férias de um funcionário.

12-. Dito isso e conquanto o contrato possa ser prorrogado, a teor do art. 57 da Lei 8.666/93, DE FATO ele é APENAS E TÃO SOMENTE de 12 MESES, conforme anota o objeto exposto no edital (item 1.3).

"1.3. O Prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração."

13-. Em sendo por 12 meses, qualquer previsão de pagamento de custos, despesas, ônus, tributos que eventualmente se façam ou incidam depois da oportunidade de 12 meses é ILEGAL.

14-. A Administração orçar, cotar e, pior pagar antecipadamente no curso do contrato despesa eventualmente futura, por fato não previsto na avença, é ato ILEGAL.

15-. Se por um lado denota erro da Administração, é também clara hipótese de admitir culposamente (sem intenção) um superfaturamento do orçamento, pois prevê pagamento ANTECIPADO ao Contratado de despesa incerta. Mais do que incerta, não prevista no escopo de um contrato de mão de obra subscrito por 12 meses.

16-. A Recorrente MGS ciente disso e jamais admitindo tal absurdo, seja em ato de autodefesa (não quer ser acusada injustamente no futuro por ato improbo), seja em colaboração da Administração Pública de Maricá, apresentou proposta que atende a esse propósito.

17-. A questão é absolutamente simples, mas que a Administração não observou ou compreendeu, a par de sua inequívoca formação, como insistentemente relataram no "chat".

18-. Se o contrato é de 12 meses e, considerando que qualquer funcionário, a teor do art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho, somente adquire direito a férias após esse período, por DEDUÇÃO LÓGICA, as tais férias só poderão ser gozadas a partir do 13º mês.

19-. Esqueceu a Administração que o contrato tem vigência e prazo de 12 meses, LOGO o contrato encerra antes que qualquer funcionário tenha tempo de usufruir as férias adquiridas (anote-se, para que não haja mal-entendido: o que não lhe retira o direito de recebê-la em pecúnia), o que, também por DEDUÇÃO LÓGICA, impõe reconhecer que não haverá "Substituto na cobertura de férias". (linha "A" do módulo 4).

20-. De maneira mais simples: O contrato se encerra antes da necessidade de "cobertura de férias", porque nenhum funcionário gozará férias no curso do contrato de 12 meses.

21-. Ao contrário de todas as expectativas e a abalroar a legalidade e, acima de tudo, a lógica se está exigido previsão de custos, despesas e provisionamento de valores, a SEREM PAGOS ANTECIPADAMENTE e de maneira IRREGULAR pela Administração, isto porque, diga-se de novo, está fora do escopo do contrato, assinado por apenas 12 meses.

22-. A observação singela deste fato coloca toda a discussão do "Chat" e as razões que desclassificaram a proposta da Recorrente MGS por terra, pois se trata de rubrica incabível no escopo do contrato, do contrário haverá remuneração sem contrapartida, o que é conhecido como superfaturamento.

DE RUBRICA QUESTIONADA QUE IMPOE EVENTUAL SUPERFATURAMENTO DO CONTRATO

23-. Como consequência deste erro da Administração, que a Recorrente MGS a todo custo está evitando prorrogar, se está entendendo que somente correta a proposta que cotar na "linha A do submódulo 4.1, do Módulo 4", o percentual de 8,33% sobre o valor acumulado dos Módulo 1, 2 e 3.

24-. Ou seja, conforme o entendimento do Pregoeiro, caso o contrato não seja prorrogado, por qualquer motivo, seja desinteresse do particular ou da Administração, esta última terá pago ANTECIPADAMENTE no curso do contrato, no mínimo, os seguintes valores que não serão utilizados pelo ex-Contratado (a título de exemplo: cálculos feitos com base na proposta da Recorrente MGS).

ITEM 1 – Custo de 1 POSTO DE INSPETOR

Módulo 1 R\$ 2.249,32

Módulo 2 R\$ 1.867,27

Módulo 3 R\$ 70,94

Subtotal R\$ 4.187,53

Conforme o Pregoeiro: $8,33\% \times R\$ 4.187,53 = R\$ 348,82$ por mês.

No contrato de 12 meses, o valor de R\$ 4.185,85 por POSTO, para custear o substituto/cobertura de férias que não ocorrerão, consoante o escopo e limitação contratual!!

Assim, 50 postos de Inspectores $\times R\$ 4.185,85$, perfaz um pagamento indevido, caso o contrato siga regularmente até seu fim previsto (12 meses), de nada mais nada menos de R\$ 209.292,74, sem considerar os impostos e outros.

ITEM 2 – Custo de 1 POSTO DE SUPERVISOR

Módulo 1 R\$ 3.869,94

Módulo 2 R\$ 2.768,38

Módulo 3 R\$ 122,05

Subtotal R\$ 6.760,37

Conforme o Pregoeiro: $8,33\% \times R\$ 6.760,37 = R\$ 563,13$ por mês.

No contrato de 12 meses, o valor de R\$ 6.757,66 por posto, para custear o substituto/cobertura de férias que não ocorrerão, consoante o escopo e limitação contratual!!

Assim, 8 postos de Supervisores $\times R\$ 6.757,66$, perfaz um pagamento indevido, caso o contrato siga regularmente até seu fim previsto (12 meses), de nada mais nada menos de R\$ 54.061,32, sem considerar os impostos e outros.

25-. Dito de outro modo, a Administração ao defender a tese que afastou ilegalmente a proposta da Recorrente

MGS está admitindo válido pagar antecipadamente (diluído no curso do contrato) ao futuro Contratado o valor de R\$ 263.354,06 para futuramente pagar "substitutos/cobertura" de férias QUE NÃO OCORRERÃO, conforme o escopo contratual de 12 meses.

26-. Trata-se, então, de proposta apresentada pela Recorrente MGS absolutamente adequada a legislação trabalhista, previdenciária e, acima de tudo, ao contrato de 12 meses, evitando que a Administração de Maricá pague o valor indevido de 263 mil reais, por evento incerto, diga-se de novo, sequer previsto no escopo do objeto limitado a 12 meses!

27-. Por este motivo, impõe-se a imediata revisão do ato que desclassificou a proposta da Recorrente MGS, seja por sua inequívoca adequação a realidade do objeto contratual licitado, seja para preservar a probidade dos atos do Pregoeiro e da Administração de Maricá.

DA REMUNERAÇÃO POR POSTO

DIFERENTE DE REMUNERAÇÃO DE FUNCIONÁRIO

INOBSERVANCIA DO PROVISIONAMENTO DA "LINHA B do submódulo 2.1, do Módulo 2".

ADMINISTRAÇÃO DE MARICÁ
3788/2024
08/02/24
R\$ 05

DO PAGAMENTO EM DUPLICIDADE

28-. Não obstante a compreensão dos argumentos acima já dê a solução para o recurso e a revisão do ato administrativo ilegal, outro merece ser trazido para definitivamente esclarecer o erro da Administração.

29-. Talvez uma eventual confusão entre "funcionário" e "posto de trabalho" levou a esse entendimento equivocado que está fazendo a Administração acreditar que seus argumentos estão corretos.

30-. Tentando ser o mais didático possível, vê-se que a remuneração do POSTO é mensal.

31-. Logo, no custo do "posto de inspetor", dentro do valor de R\$ 4.187,53 (módulos 1, 2 e 3) está inserida na "LINHA B do submódulo 2.1, do Módulo 2", a rubrica: "ADICIONAL DE FÉRIAS" = 11.11%, que no caso a proposta da Recorrente MGS implica na REMUNERAÇÃO MENSAL DO POSTO do valor de R\$ 249,90, para provisionamento do pagamento das devidas e futuras férias que o funcionário que ocupou o posto poderá gozar.

32-. Outrossim, uma vez que se está neste recurso considerando apenas os valores líquidos (para facilitar a compreensão), somente para registro anote-se que os demais encargos incidentes compõem o valor final do posto, considerando os demais módulos.

33-. Assim, 12 meses x R\$ 249,90, importa no PROVISIONAMENTO de R\$ 2.988,00, ou seja, o exato valor que o funcionário que ocupou o POSTO receberá quando entrar de férias, qual seja, suas férias (igual ao salário) acrescido o terço constitucional!

34-. Para ser mais claro ainda. Como determina a lei, até o final do mês anterior ao que entrará de férias, o funcionário receberá o seu salário do mês trabalhado (QUE ESTÁ PREVISTO NO CUSTO MENSAL DO POSTO) + as férias acrescidas de 1/3 (CUJA PROVISÃO TAMBÉM JÁ ESTÁ NO CUSTO MENSAL DO POSTO - e se acumulou nos últimos 12 meses).

35-. Assim, o POSTO foi remunerado pela Administração de Maricá suficiente para cobrir todas essas obrigações trabalhistas.

36-. Ocorre então que eventualmente, se e somente se o contrato for prorrogado (o que não é objeto original do contrato, limitado a 12 meses), no 13º mês de contrato o serviço será executado, mas o POSTO estará "descoberto" de funcionário.

37-. Daí entra a discussão, repita-se, também inútil.

38-. A remuneração não é para o funcionário, mas sim para o POSTO. Logo, no 13º mês do contrato, a Administração da Maricá remunerará (independente de quem o esteja ocupando) também neste mês o CUSTO DO POSTO.

39-. Logo, o funcionário substituto que ocupará o POSTO receberá o valor que a Administração remunera o POSTO mensalmente gerido pela Contratada.

40-. O POSTO é e sempre estará pago! Sempre!

41-. Então JAMAIS há falta de recurso para pagar quem o estiver ocupando!!!!

42-. O custo extra decorrente desse evento (afastamento por férias), se limita ao pagamento das férias + 1/3 daquele funcionário "efetivo", que, como dito e REPITA-SE, foi "afastado para as férias" e, este, foi pago antecipadamente no curso do contrato no CUSTO MENSAL DO POSTO, em especial, aquele previsto na "LINHA B do submódulo 2.1, do Módulo 2".

43-. Então:

a) Se já está o POSTO remunerado no mês;

b) Se antes houve provisão do custo de férias + 1/3, estando disponível a empresa Contratada os recursos para arcar com essa obrigação;

44-. Não há razão alguma para exigir como custo de "cobertura" outros R\$ 4.185,85, como pretende o Pregoeiro. (ao exigir a linha A do Módulo 4 e no índice de 8,33%)

45-. Lembre-se que o funcionário que voltar a ocupar o POSTO, após as férias, não recebe salário pelo mês NÃO trabalhado, pois recebeu o equivalente a este a título de férias (antes de gozá-la e acrescida de 1/3)!!

46-. A Administração está propondo equivocada e ilegalmente o pagamento DUAS vezes a empresa Contratada por um evento que já está remunerado pelo CUSTO DO POSTO. Vejamos:

1º mês de contrato = 1 posto = custo coberto = R\$ 4.187,53
2º mês de contrato = 1 posto = custo coberto = R\$ 4.187,53
3º mês de contrato = 1 posto = custo coberto = R\$ 4.187,53
4º mês de contrato = 1 posto = custo coberto = R\$ 4.187,53
5º mês de contrato = 1 posto = custo coberto = R\$ 4.187,53
6º mês de contrato = 1 posto = custo coberto = R\$ 4.187,53
7º mês de contrato = 1 posto = custo coberto = R\$ 4.187,53
8º mês de contrato = 1 posto = custo coberto = R\$ 4.187,53
9º mês de contrato = 1 posto = custo coberto = R\$ 4.187,53
10º mês de contrato = 1 posto = custo coberto = R\$ 4.187,53
11º mês de contrato = 1 posto = custo coberto = R\$ 4.187,53
12º mês de contrato = 1 posto = custo coberto = R\$ 4.187,53
EVENTUAL PRORROGAÇÃO CONTRATUAL
13º mês de contrato = 1 posto = custo coberto = R\$ 4.187,53 (férias)
14º mês de contrato = 1 posto = custo coberto = R\$ 4.187,53
15º mês de contrato = 1 posto = custo coberto = R\$ 4.187,53
16º mês de contrato = 1 posto = custo coberto = R\$ 4.187,53
(...)

PREFEITURA DE MARICÁ
3498/2024
08/02/24
P.S. 06

47-. Note-se, o custo do POSTO SEMPRE está devidamente coberto, logo, não se pode falar em ausência de recursos para remunerar aquele que estiver o ocupando.

48-. O que referenda e garante isso não é a "LINHA A do submódulo 4.1 do módulo 4", desnecessária em TODOS os aspectos aqui já abordados, mas o provisionamento obtido com a "LINHA B do submódulo 2.1, do Módulo 2".

49-. Permite-se, então, por fim, fazer a pergunta retórica: Se o POSTO está pago no 13º mês (primeiro em que pode haver férias), se o provisionamento de férias está pago no curso dos 12 meses anteriores, o que se fará com o valor da "LINHA A, do submódulo 4.1 do módulo 4" que o Pregoeiro insiste em exigir.

50-. Mais claro ainda. De acordo com o Pregoeiro, no 13º mês a Administração pagará ao Contrato, no que tange a 1 único POSTO de Inspetor (só módulos 1, 2 e 3) o valor de R\$ 4.187,53. Então, para que pagar mais R\$ 348,82 (8,33% x R\$ 4.187,53), se com a remuneração de R\$ 4.187,53, TUDO já está pago, qual seja, o Custo do Posto no mês mais as férias e 1/3. (parte naquele momento, parte pelo provisionamento)

51-. A par do primeiro ponto destacado neste recurso, que expurga qualquer erro da Recorrente MGS, a resposta a essa pergunta também determina o destino deste recurso e da validade da decisão do Pregoeiro.

52-. Assim, demonstrado que o POSTO está integralmente remunerado, em todos os eventos atuais e futuros, não há que se falar em parcela extra para substituição, menos ainda no valor e percentual impostos e exigidos ilegalmente pelo Pregoeiro, a determinar o provimento do recurso e a revisão do ato que desclassificou a proposta da Recorrente MGS.

A BASE DE CÁLCULO EXIGIDO PELO PREGOEIRO NÃO PODERIA ABRANGER O MÓDULO 3

53-. Tudo o que já exposto determina a revisão dos atos e das ilegais exigências do Pregoeiro, mas, a fim de trazer mais um defeito, esclarece que ainda que fosse aplicável a "Linha A do Módulo 4", o que não é, jamais poderia seguir a base de cálculos exigida pelo Pregoeiro.

54-. Impôs diversas vezes que a base de cálculos (sobre o dispensáveis 8,33%) deveria ocorrer sobre o resultado somado dos Módulos 1, 2 e 3.

55-. Sem razão novamente a Administração.

56-. Geralmente o "funcionário" que será contratado para ocupar o POSTO em substituição ao "funcionário efetivo", no caso de férias, é contratado por experiência, pelo período máximo de 3 meses, conforme permite a legislação.

57-. Ocorre que nesta espécie de contratação, não são devidos nenhum dos direitos ou indenizações inseridas no Módulo 3, tais como "aviso prévio" ou "multa rescisória".

58-. Desta feita, a exigência de incluir na base de cálculos da "LINHA A, do Módulo 4", a par de sua ineficácia e ilegalidade, como dito à exaustão, NÃO PODE comportar incidência sob o módulo 3, por serem parcelas que não serão o devidas ao funcionário dispensado no contrato de experiência e que está sendo contratado apenas para cobrir férias de terceiros.

59-. Uma vez mais, a decisão do Pregoeiro ilegalmente onera do Erário indevidamente e, via de consequência, também ilegalmente "referendou" decisão pela desclassificação da proposta da Recorrente MGS, em tudo e por tudo, adequada a realidade contratual.

DA ILEGALIDADE DA DESCLASSIFICAÇÃO DA RECORRENTE MGS DA ABSOLUTA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA DA OPERAÇÃO E VALORES CAPAZES DE EXECUTAR O OBJETO

60-. Como demonstrado, inexistente na proposta, no preço final ou na composição de custos individuais qualquer defeito ou mesmo inexecutabilidade, mais que isso, além de não haver manifesta inexecutabilidade, há as escândaras defeito de julgamento pelo Pregoeiro.

61-. A forma em que foi conduzida a questão é completamente absurda, ilegal e imoral, especialmente por ter violado direito da Recorrente MGS e abandonado menor e melhor proposta.

62-. No "chat" e na condução do assunto ficou-se limitado a compreender o porquê era dispensável na "Linha A do Módulo 4" a alíquota de 8,33% e possível a de 0,095% e ainda se a base de cálculo deveria ser tal como o Pregoeiro indicou.

63-. Em momento algum se tentou entender a matéria de fato! Bastava transformar os índices em valores, para ver que se trata de parcela, rubrica, paga em excesso e em dobro pela Administração, por isso ilegal e, também por isso a Recorrente MGS não cotou tal absurdo.

64-. Exigiu-se demonstração do porquê de índices e não se apurou se o valor atendia a necessidade real da obrigação e, por consequência, se a proposta era exequível.

65-. Não sendo inexecutível, por qualquer ângulo que se observe, impossível se falar em desclassificação de proposta, sob pena de violar a legalidade, a economicidade e o interesse público.

66-. No entanto, isso não lhe foi outorgado, a violar seu direito líquido e certo.

67-. Outrossim, reafirmando tudo o fora antes exaustivamente dito sobre consecução do interesse público, isonomia e vinculação, o único meio de se desclassificar uma proposta é se ela não atender as necessidades dos serviços e, outras palavras, seja inexecutível, pois o valor global é o critério de julgamento.

68-. Pode-se ver que, na verdade, a desclassificação da Recorrente MGS se deu porque não atendeu os impropérios do Pregoeiro (visto e comprovado ilegais) e não porque o valor era eventualmente inexecutível.

69-. Desta forma não se poderia desclassificá-la, em especial, para contratar outra mais elevada, em detrimento ao erário e ao interesse público, mesmo ciente que em relação ao valor global é plenamente exequível.

70-. Com efeito, sabe-se que o art. 48, II da Lei n.º 8.666/93 dispõe que somente a proposta "manifestamente inexecutível" deverá ser desclassificada, exigindo, no entanto, ser necessário que haja comprovação objetiva da alegada inexecutibilidade, porquanto, caso contrário, esta não será manifesta.

71-. Nesse sentido, observe-se a sempre bem lançada doutrina do Eminent Desembargador JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR, tirada do processo administrativo TJRJ n.º 12.870/99, no ponto em que conclui, verbis:

"A Lei n.º 8.666/93, ao indicar o preço inexecutível como causa de desclassificação de proposta, qualifica-o de "manifestamente inexecutível" (art. 48, II e §1º, com redação da Lei n.º 9.648/98). Significa que somente o preço que se demonstrar "manifestamente" inexecutível conduz à desclassificação. O advérbio aponta a necessidade da prova inequívoca, que convença a Administração de que o proponente está a cotar preço insuficiente sequer para cobrir os custos da execução... É indispensável comprovar-se que o menor preço cotado é impraticável, caso contrário haverá de prevalecer." (Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública. 6 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 507)

72-. Mesmo que assim não fosse, uma vez que inexistente inexecutibilidade da proposta, apontando ainda uma doutrina mais radical do Professor MARÇAL JUSTEN FILHO, declara que a questão do preço inexecutível é do particular, que, não conseguindo executar o contrato com o preço ofertado deve ser punido exemplarmente. Vejamos:

"A tendência deste comentarista é afastar o problema da inexecutibilidade, não apenas no âmbito do pregão, mas em qualquer licitação. A formulação de proposta inexecutível é problema particular do licitante, que deve resolver-se ou através de punição exemplar (quando não for honrada) ou no âmbito da repressão a práticas de abuso econômico ...

A licitação destina-se - especialmente no caso do pregão - a selecionar a proposta que acarrete o menor desembolso possível para os cofres públicos. Logo, não há sentido desclassificar proposta sob o fundamento de ser muito reduzida. Ao ver do autor, a inexecutibilidade deve ser arcada pelo licitante, que deverá executar a prestação nos exatos termos de sua oferta. A ausência de adimplemento à prestação conduzirá à resolução do contrato, com o sancionamento adequado." (Pregão - comentários à legislação do pregão comum e eletrônico. 4 ed. Dialética, 2005. p 132)

73-. Verifica-se, portanto, que a Recorrente MGS obedecendo a legalidade, a regras trabalhista, o edital, as características do serviço e do objeto, sem cotar valor desnecessário e que seria pago em duplicidade, ofertou preço global indiscutivelmente exequível.

DO PEDIDO

Isto posto, a Recorrente MGS requer a Vossa Senhoria se digne conhecer e prover o recurso interposto, para revogar o ato que desclassificou a Recorrente MGS e, via de consequência revogar todos os atos posteriores, inclusive o que declarou vencedora a empresa Recorrida.

Independente disso tudo, requer no caso de não acolhimento, se digne encaminhar cópia deste recurso como Representação ao TCE-RJ na forma do art. 113 da Lei 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas judiciais de controle, a dar conta de exigência de provisionamento de custo de evento incerto e fora do objeto contratual, bem como duplicidade de despesas e base de cálculo errada, a comprometer o erário, quando afastou a menor, melhor e exequível proposta da Recorrente MGS.

Termos em que,
Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2024.

MGS CLEAN SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

Fechar

PREFEITURA DE MARICÁ
3788/2024
08/02/24
08